



SENADO FEDERAL

MENSAGEM (SF) N° 48, DE 2019

(n° 281/2019, na origem)

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o parágrafo único do art. 41, da Lei no 11.440, de 2006, a indicação do Senhor EDUARDO AUGUSTO IBIAPINA DE SEIXAS, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República de Chipre.

AUTORIA: Presidência da República

DOCUMENTOS:

[- Texto da mensagem](#)



[Página da matéria](#)

MENSAGEM Nº 281

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o parágrafo único do art. 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, do Senhor EDUARDO AUGUSTO IBIAPINA DE SEIXAS, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República de Chipre.

Os méritos do Senhor Eduardo Augusto Ibiapina de Seixas que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 4 de julho de 2019.

Brasília, 21 de Junho de 2019

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

De acordo com o art. 84, inciso XXV, da Constituição Federal, e com o disposto no artigo 39, combinado com o parágrafo único do artigo 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto o nome de **EDUARDO AUGUSTO IBIAPINA DE SEIXAS**, ministro de primeira classe do Quadro Especial da carreira de diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de embaixador do Brasil junto à República de Chipre.

2. Encaminho, anexos, informações sobre o país e curriculum vitae de **EDUARDO AUGUSTO IBIAPINA DE SEIXAS** para inclusão em Mensagem a ser apresentada ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Ernesto Henrique Fraga Araújo

OFÍCIO Nº 237 /2019/CC/PR

Brasília, 4 de julho de 2019.

A sua Excelência o Senhor
Senador Sérgio Petecão
Primeiro Secretário
Senado Federal Bloco 2 – 2º Pavimento
70165-900 Brasília/DF

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual o Senhor Presidente da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor EDUARDO AUGUSTO IBIAPINA DE SEIXAS, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República de Chipre.

Atenciosamente,

ONYX LORENZONI
Ministro de Estado Chefe da Casa Civil
da Presidência da República

INFORMAÇÃO

CURRICULUM VITAE

MINISTRO DE PRIMEIRA CLASSE DO QUADRO ESPECIAL *EDUARDO AUGUSTO IBIAPINA DE SEIXAS*

CPF.: 143.658.041-20

ID.: 6374 MRE

1954 Filho de Eduardo Schimmelpfeng de Seixas e Nadir Borges Ibiapina de Seixas, nasce em 21 de junho, em São Roque/SP

Dados Acadêmicos:

1978 Ciências Econômicas pelo Centro de Ensino Unificado de Brasília (CEUB)/DF

1981 CAD - IRBR

1992 CAE - IRBR, A Vertente de Comércio da Iniciativa para as Américas: Reflexões sobre sua Repercussão para o Brasil

Cargos:

1976 Terceiro-secretário

1979 Segundo-secretário

1982 Primeiro-secretário, por merecimento

1987 Conselheiro, por merecimento

1994 Ministro de segunda classe, por merecimento

2000 Ministro de primeira classe, por merecimento

2015 Ministro de primeira classe do Quadro Especial

Funções:

1976-79 Divisão de Transmissões Internacionais, assistente

1979-83 Missão junto à CEE, Bruxelas, Segundo-secretário e Primeiro-secretário

1983-86 Embaixada em Montevideu, Primeiro-secretário

1983 Reunião da Comissão de Especialistas de Alto Nível (CEGAN) da CEPAL, Montevideu, Chefe de delegação

1983 Reunião de Especialistas em Conservação de Solo dos Países da Bacia do Prata, Montevideu, Chefe de delegação

1986-90 Presidência da República, Cerimonial, Chefe-adjunto

1990-93 Embaixada em Washington, Conselheiro

1990 V Sessão do Comitê sobre Resíduos de Medicamentos em Alimentos da Comissão do Codex Alimentarius da FAO, Washington, Chefe de delegação

1990 VII Sessão do Comitê sobre Cereais, Legumes e Leguminosas da Comissão do Codex Alimentarius da FAO, Washington, Chefe de delegação

1991 Reunião do Comitê Permanente do Conselho Consultivo Internacional do Algodão, Washington, Chefe de delegação

1992 Reunião de Consulta Brasil-Estados Unidos no âmbito do Acordo sobre Comércio Siderúrgico, Washington, Chefe de delegação

1993-95 Divisão de Comunicações, Chefe, substituto, e Chefe

1995 Presidência da República, Coordenadoria de Apoio e Cerimonial, Coordenador-adjunto

1995-99 Consulado-Geral em Paris, Cônsul-geral

1999-2000 Embaixada em Paris, Ministro-Conselheiro

2000-05 Consulado-Geral em Toronto, Cônsul-geral

2006-09 Embaixada em Beirute, Embaixador

2009-11 Consulado-Geral em Madri, Cônsul-geral

2011-13 Senado Federal, Diretor da Secretaria de Relações Internacionais da Presidência

2014-15 Embaixada em Luanda, Encarregado de Negócios em missão transitória

2015 Embaixada em Bucareste, Embaixador.

Condecorações:

1987	Medalha Mérito Santos Dumont, Brasil
1987	Orden Mexicana del Aguila Azteca, México, Insignia
1987	Medalha Mérito Tamandaré, Brasil
1988	Medalha do Pacificador, Brasil
1989	Ordem do Mérito Forças Armadas, Brasil, Oficial
1989	Ordem do Mérito Militar, Brasil, Oficial
1995	Ordem de Bernardo O'Higgins, Chile, Grande Oficial
1995	Ordine Al Merito della Repubblica Italiana, Itália, Grande Oficial
2007	Ordem de Rio Branco, Brasil, Grã-Cruz
2010	Ordem do Mérito Aeronáutico, Brasil, Grande-Oficial.

JOÃO AUGUSTO COSTA VARGAS

Diretor, substituto, do Departamento do Serviço Exterior

DADOS BÁSICOS

NOME OFICIAL:

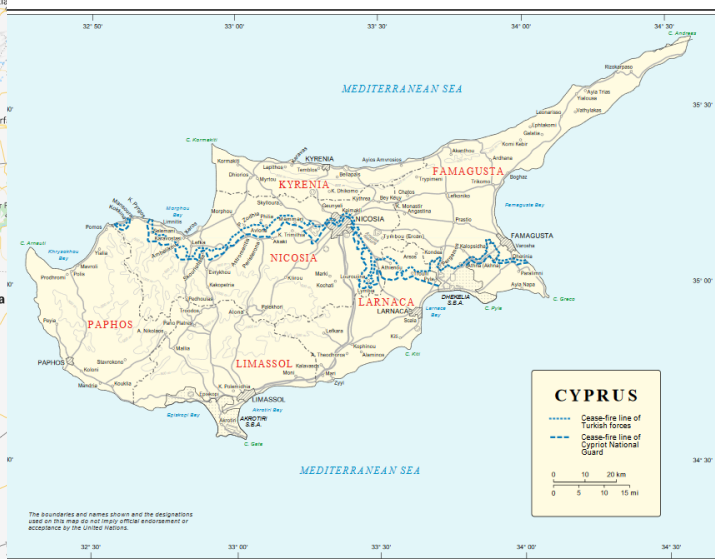
República de Chipre

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

Departamento de Europa

Divisão de Europa-III

REPÚBLICA DE CHIPRE



OSTENSIVO

Abril de 2019

GENTÍLICO:	Cipriota
CAPITAL:	Nicosia
ÁREA:	9.3 km² (dentre os quais 3.355 km² da não reconhecida "República Turca do Norte de Chipre" e 254 km² de bases militares britânicas)
POPULAÇÃO (2018):	1,237,088
LÍNGUA OFICIAL:	Grego
PRINCIPAIS RELIGIÕES:	Cristãos ortodoxos (89.1%); católicos (2.9%); protestantes/anglicanos (2%); muçulmanos (1.8%); outras religiões (3.4%).
SISTEMA DE GOVERNO:	Presidencial
PODER LEGISLATIVO:	<i>Vouli Antiprosopon</i> (Câmara dos Representantes): parlamento unicameral, composto por 80 membros, eleitos para mandatos de 5 anos. (Obs: embora a Constituição cipriota tenha designado 24 assentos para a comunidade turco-cipriota, esses assentos encontram-se vazios em decorrência da repartição de fato da ilha desde 1974).
CHEFE DE ESTADO E DE GOVERNO:	Presidente Nicos Anastasiades (desde 28 de fevereiro de 2013; segundo mandato iniciado em 1º de março de 2018)
CHANCELER:	Nikos Christodoulides (desde 1º de março de 2018)
PRODUTO INTERNO BRUTO (PIB) NOMINAL (2017):	US\$ 23,96 bilhões
PIB – PARIDADE DE PODER DE COMPRA (PPP) (2017):	US\$ 33,80 bilhões
PIB PER CAPITA (2017)	US\$ 27,865
PIB PPP PER CAPITA (2017cyprus)	US\$ 39,302
VARIAÇÃO DO PIB	3,4% (2018); 4,25% (2017) ; 4,0% (2016); 2,0% (2015); -1,4% (2014); -5,9% (2013); -3,1% (2012); 0,3% (2011); 1,3% (2010).
ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO (IDH) (2018):	0,869 (32º)
EXPECTATIVA DE VIDA (2018):	80,7 anos
ALFABETIZAÇÃO (2016):	99.82%
ÍNDICE DE DESEMPREGO (2017):	11,1%
UNIDADE MONETÁRIA:	euro (desde janeiro de 2008)
EMBAIXADOR EM BRASÍLIA:	Haralambos Kafkarides (desde 19/09/2016)
BRASILEIROS NO PAÍS:	Há cerca de 150 brasileiros residindo em todo o país, notadamente nas quatro maiores cidades do país (Nicosia, Limassol, Larnaca e Pafos) e na parte norte do Chipre (Famagusta e Kyrenia).

Brasil → Chipre (US\$ milhões)	2003	2005	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2018
Intercâmbio	12,9	110,5	222,7	16,1	19,7	16,7	10,4	58,8	267,89
Exportações	11,7	106,1	222,3	15,5	18,9	13,0	9,3	51,7	266,24
Importações	1,1	4,3	0,4	0,6	0,8	3,7	1,1	7,1	1,65
Saldo	10,6	101,8	221,9	14,9	18,1	9,3	8,2	44,7	264,60

APRESENTAÇÃO

A ilha de Chipre, no extremo leste do Mar Mediterrâneo, repousa na interseção de três continentes: a Europa (do qual oficialmente faz parte), a Ásia e a África. Em virtude de sua localização, a ilha sempre foi considerada um território estrategicamente importante. Está a cerca de 75 km da Turquia (ao norte); a 105 km da Síria e do Líbano (a leste); a 280 km da ilha grega de Castellorizo (a oeste); e a 350 km da costa egípcia (ao sul). A República de Chipre obteve sua independência em 1960 e foi aceita na União Europeia (UE) em 2004. Estima-se que, em 2017, a população em Chipre totalizava 1,221 milhões de pessoas.

A ilha de Chipre possui área total de 9,3km², porém com uma particularidade: a ilha encontra-se, de fato, repartida desde 1974, quando intervenção militar da Turquia, sob o argumento de proteger a comunidade turco-cipriota que habita o norte da ilha, operou a bipartição de Chipre. Em 1983, o norte da ilha declarou unilateralmente sua independência sob a autoproclamada denominação “República Turca do Norte de Chipre”, entidade que não é reconhecida por nenhum país à exceção da Turquia e que foi tornada ilegal por Resoluções do Conselho de Segurança das Nações Unidas. As negociações dessa “Questão Cipriota” receberam grande impulso em 2017, sob os auspícios das Nações Unidas, mas não chegaram a êxito sobre as principais dificuldades entre os países envolvidos na questão, com destaque para Grécia e Turquia.

Na ausência de acordo político entre turcos e greco-cipriotas, mantém-se em Chipre, desde 1964, a Força das Nações Unidas em Chipre (UNFICYP), cujo mandato (estendido desde então por intervalos anuais pela ONU) é supervisionar as linhas de cessar-fogo, manter “zona-tampão”, prestar assistência humanitária e apoiar os bons ofícios do Secretário-geral das Nações Unidas. O efetivo da Força tem sido mantido em torno de 1.000 militares.

Em relação ao diferendo intercomunitário na ilha, o Brasil adota política de equilíbrio: o Brasil defende que a Questão Cipriota seja tratada nos moldes estabelecidos pelas Nações Unidas, cujos parâmetros básicos são o respeito à soberania, à integridade territorial e à independência de Chipre, bem como a busca de uma solução pacífica e satisfatória para as duas comunidades. Além disso, o Brasil apoia todos os esforços multilaterais para resolver a questão de Chipre, inclusive a Força das Nações Unidas de Manutenção da Paz em Chipre (UNFICYP), com a qual o país contribui anualmente com um

observador militar.

PERFIS BIOGRÁFICOS

Nicos Anastasiades Presidente da República de Chipre



Nasceu em Pera Pedi, Limassol, em 1946. Estudou Direito pela Universidade de Atenas (1969) e possui pós-graduação em Direito do Mar pela Universidade de Londres (1971). No ano seguinte, fundou o escritório de advocacia "Nicos Anastasiades & Associados", especializado em questões relativas ao transporte marítimo. É membro-fundador do partido DISY ("Comício Democrático"), no qual, dentre outros cargos, serviu como presidente (1997-2012). É membro do Conselho Nacional Cipriota desde 1995. Foi eleito para a Câmara dos Representantes sucessivamente entre 1981 e 2013, ano em que foi eleito presidente da República.

Na Câmara dos Representantes, Anastasiades participou ativamente das relações internacionais do país, tendo ocupado, dentre outros, os cargos de presidente do Comitê de Relações Exteriores e presidente do Comitê Inter-Parlamentar de Relações Exteriores. Assumiu o cargo de presidente da República de Chipre em 28 de fevereiro de 2013. Foi reeleito como presidente da República em fevereiro de 2018, tendo assumido o novo mandato de 5 anos em 1º de março de 2018. Casado com Antri Mousatkoudi desde 1971, tem duas filhas e quatro netos.

RELAÇÕES BILATERAIS

Brasil e Chipre mantêm relações diplomáticas desde 1966, quando trocaram Embaixadas cumulativas: a do Brasil, em Tel Aviv, e a de Chipre, em Lisboa. Com o propósito de intensificar o diálogo e de expandir as relações econômicas e comerciais, os dois países optaram por Embaixadas residentes: a criação oficial da Embaixada da República de Chipre em Brasília ocorreu em 4

de agosto de 2009; a Embaixada do Brasil em Nicósia foi criada em janeiro de 2010.

O Brasil adota política de equilíbrio em relação ao diferendo na ilha, a denominada “Questão Cipriota”, sustentando que a questão deve ser tratada nos moldes estabelecidos pelas Nações Unidas – ou seja, em respeito à soberania, à integridade territorial e à independência de Chipre, bem como com a busca de solução pacífica satisfatória para ambas as comunidades greco e turco-cipriotas. Nesse sentido, o Brasil não reconhece a autoproclamada “República Turca do Norte de Chipre” (RTNC), a qual proclamou unilateralmente sua independência em 1983. Tornada ilegal pela Resolução 541 (1983) do Conselho de Segurança das Nações Unidas, a entidade é somente reconhecida pela Turquia. O Brasil, ademais, apoia os esforços multilaterais para resolver a Questão Cipriota, inclusive a Força das Nações Unidas de Manutenção da Paz em Chipre (UNFICYP).

O comércio entre Brasil e Chipre vinha apresentando taxas relativamente constantes de crescimento, particularmente entre 2004 e 2008. No entanto, a crise financeira mundial, assim como a crise econômico-financeira de Chipre (2012-2013), causaram significativa diminuição dos níveis de bilaterais comércio. Nos últimos anos, o patamar do comércio bilateral tem-se situado muito abaixo do valor recorde de intercâmbio observado em 2008 (US\$ 274 milhões). Em 2017, o intercâmbio bilateral somou US\$ 58,8 milhões, com amplo saldo favorável ao Brasil (US\$ 44,7 milhões).

Como ocorre em outros países, a percepção do Brasil como país emergente e amistoso é prevacente em Chipre. Em razão da inserção tradicional da elite econômica do país no comércio internacional, seja pelo setor de transporte marítimo, seja pela oferta de serviços financeiros e de vantagens fiscais para instalação de empresas estrangeiras, há uma atenção especial da mídia para países "emergentes", identificados com possibilidades de negócios.

Entrou em vigor, em 28/05/2010, memorando de entendimento para o estabelecimento de mecanismo de Consultas Políticas bilaterais. Desde então, os dois países têm iniciado tratativas para realizar, em Nicósia, a primeira reunião bilateral sob a égide do memorando (ainda não realizada).

Por fim, o governo cipriota têm realizado gestões no sentido de assinar com o Brasil um acordo para evitar a bitributação. Ressalte-se que um dos fatores da atratividade de capitais por Chipre é sua rede de acordos contra

bitributação, que abrange mais de 100 acordos bilaterais e é frequentemente citada em eventos empresariais e financeiros. O Chipre necessitaria recorrer de sua classificação como "regime de tributação favorecida" pela Receita Federal para que semelhante acordo possa ter negociação iniciada.

Por fim, destaca-se o frequente apoio mútuo em candidaturas brasileiras e cipriotas a organismos internacionais. Tem sido frequente o apoio mútuo entre Brasil e Chipre em candidaturas a organismos internacionais. Em 2012, o Governo cipriota apoiou as candidaturas brasileiras ao Comitê da CEDAW, à Comissão de Limites da Plataforma Continental e ao Conselho de Direitos Humanos da ONU. Em 2013, há que se destacar o apoio (singularizado mesmo na existência de uma posição comum no seio da UE) do Governo cipriota à candidatura do Embaixador Roberto Azevêdo ao cargo de Diretor-Geral da Organização Mundial do Comércio (OMC). No mesmo ano, houve troca de apoios entre as candidaturas de Brasil e Chipre ao Conselho da Organização Marítima Internacional (IMO) e apoio cipriota à candidatura do Embaixador José Augusto Lindgren Alves ao Comitê para Eliminação da Discriminação Racial. Em 2014, Chipre declarou apoio à candidatura do Professor Leonardo Nemer Caldeira Brant ao Tribunal Penal Internacional (TPI); em contrapartida, foi oferecido apoio ao candidato cipriota à Presidência da 71ª Sessão da Assembléia Geral da ONU. Em 2015, Chipre empenhou seu apoio à reeleição do Prof. José Graziano da Silva à Direção-Geral da FAO. No mesmo ano, o Ministério de Negócios Estrangeiros agradeceu o apoio brasileiro, em rodada inicial, a seu candidato (derrotado) à Direção-Geral da Organização Marítima Internacional. Em 2016, Chipre manifestou apoio à candidatura do Prof. Antonio Paulo Cachapuz de Medeiros ao Tribunal Internacional para o Direito do Mar (TIDM). Em 2017, Chipre aceitou proposta brasileira na qual o Brasil apoiou a candidatura de Chipre à reeleição à categoria "C" do Conselho da Organização Marítima Internacional (IMO) em troca do apoio deste país à candidatura do professor Antônio Augusto Cançado Trindade à reeleição como juiz da Corte Internacional de Justiça (CIJ), mandato 2018-2027, bem como à candidatura do Brasil à reeleição à categoria "B" do Conselho da IMO, mandato 2018-2019.

QUESTÃO CIPRIOTA

No que tange ao conflito intercomunitário na ilha - tensões entre a maioria de origem grega e a minoria de origem turca – e ao impasse entre a Grécia e a Turquia a respeito de Chipre, o Brasil adota uma política de

equilíbrio. Aos interlocutores cipriotas é explicada a posição do Brasil, que defende que seja a Questão Cipriota tratada nos moldes estabelecidos pelas Nações Unidas, cujos parâmetros básicos são o respeito à soberania, à integridade territorial e à independência de Chipre, bem como a busca de uma solução pacífica e satisfatória para as duas comunidades.

O Brasil apoia todos os esforços multilaterais para resolver a questão de Chipre, inclusive a Força das Nações Unidas de Manutenção da Paz em Chipre (UNFICYP), com a qual o país contribui anualmente com um observador militar, em geral um capitão do Exército, incorporado ao contingente argentino da Missão.

COMUNIDADE BRASILEIRA

A comunidade brasileira em Chipre conta com cerca de 150 pessoas. Dentre estes a maioria é constituída de profissionais do esporte (jogadores de futebol) e suas famílias. Há também profissionais liberais casados com cidadãos cipriotas ou europeus. Há consulado honorário em Larnaca.

EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS OFICIAIS

Não há registro de concessão de empréstimos e financiamentos oficiais a tomador soberano beneficiando Chipre.

POLÍTICA INTERNA

Chipre fez parte do Império Otomano até 1878, ano em que a Coroa britânica recebeu a ilha como concessão prevista em tratado internacional. O ressurgimento de um Estado grego no século XIX e a gradativa incorporação a seu território de regiões anteriormente sob jugo otomano, bem como a conquista da soberania por diversas colônias britânicas, criaram a expectativa de que a ilha pudesse se reunir à Grécia. A rejeição dos britânicos ao projeto levou os defensores da "ênosis" ("união") – o ideal de unificação política com a Grécia – a organizar-se em milícias e a praticar atos de violência para atingir seu objetivo.

A partir de 1955, ocorreram os primeiros episódios graves de enfrentamento e violência entre as comunidades greco-cipriotas e turco-cipriotas, as quais, até então, conviviam em relativa harmonia. As tensões levam a um início de aglutinação, em vilas e cidades, das respectivas comunidades. Em reação à doutrina greco-cipriota da "ênosis", os turco-

cipriotas desenvolvem a ideia de "taksim", a partição do território da ilha. Uma das soluções imaginadas seria a dupla incorporação: uma parte do território seria cedida à Turquia e outra à Grécia, criando uma nova fronteira entre os dois países.

Ao passar a reconhecer a inviabilidade de manter o controle pela via militar, e temendo que as tensões evoluíssem para uma guerra civil entre as duas comunidades – o que poderia, levar a uma guerra entre Turquia e Grécia – o Reino Unido organizou diversos encontros e conferências para negociar condições para a independência da ilha e a manutenção de bases militares britânicas em seu território. Dois anos após o início das tratativas, em 16 de agosto de 1960, a República de Chipre passou a existir oficialmente.

A Constituição do novo país procurou, sem sucesso, instituir complexo sistema de partilha de poder entre as duas comunidades, reservando para a quase totalidade dos órgãos públicos (inclusive o Gabinete Ministerial) 30% das vagas à comunidade turco-cipriota. O próprio Parlamento, composto por 80 membros, seria dividido nessas mesmas proporções, e contaria ainda com três membros observadores de origem maronita, latina (católica) e armênia. Sob o pretexto de preservar essa ordem constitucional, em 1960, Reino Unido, Grécia e Turquia assinaram uma série de acordos que atribuíam aos três países, como “países-garantes”, o direito de intervir em Chipre caso houvesse ameaças internas ou internacionais à sua "soberania, integridade territorial e independência". O objetivo concreto desses tratados era impedir que o país se dividisse ou tivesse o território incorporado – total ou parcialmente – pela Grécia ou Turquia.

A partir de 1963, houve um aumento da violência entre as duas comunidades, ambas insatisfeitas com os mecanismos constitucionais de partilha do poder. Os turco-cipriotas abdicaram dos postos a eles reservados legalmente (entre eles o de Vice-Presidente) e começaram a emigrar internamente, formando enclaves e completando o processo de aglutinação no espaço geográfico. A eclosão de choques em Nicósia levou à criação, em 1964, da Força das Nações Unidas para Manutenção da Paz em Chipre (UNFICYP).

A despeito de não contar com a chancela do Presidente da República, o Arcebispo Makarios III, o projeto de enosis continuava a ser acalentado por parte da comunidade greco-cipriota. A partir de 1974, a principal facção pela união com a Grécia, o EOKA-B, passou a ser controlada diretamente pela junta militar no poder em Atenas. Em 1974, com apoio grego, golpe militar destituiu o Presidente Makarios, que fugiu de Chipre. Após a instauração do novo

Governo controlado por Atenas, houve sensível incremento na violência entre as duas comunidades. A perspectiva de declaração da unificação com a Grécia, somada aos atos de violência, levou a Turquia a invocar os tratados assinados com a Grécia e o Reino Unido para invadir o país. A operação militar propiciou ao governo turco o controle sobre uma faixa de território entre o litoral norte do país e a capital. O sucesso da invasão levou à queda do governo provisório em Chipre e ao colapso da ditadura militar grega.

Em resposta, a ONU votou resoluções que instavam as partes a respeitar a soberania e a integridade do território cipriota. Makarios III foi chamado a negociar os termos de um cessar-fogo, mas como nenhuma solução imediata foi encontrada, em agosto de 1974, a Turquia lançou uma segunda invasão militar, a qual estendeu seu controle a todo o norte da ilha (36% do território), forçando cidadãos greco-cipriotas a abandonar suas casas rumo ao sul e criando uma divisão "de fato" que permanece basicamente a mesma até os dias de hoje.

Em 1983, a região norte da ilha se declarou independente e reivindicou a denominação "República Turca do Norte de Chipre" ("RTNC"), que é reconhecida apenas pela Turquia.

A República de Chipre foi admitida na União Europeia em maio de 2004. No mesmo ano, depois de dois anos de negociações mediadas pela ONU, os líderes greco-cipriota e turco-cipriota chegaram a um acordo para a reunificação política da ilha (o "Plano Annan"), que, aprovado maciçamente pela população do norte da ilha em referendo realizado em 2004, foi rejeitado por 3/4 da comunidade greco-cipriota.

Chipre é uma República presidencialista regida, ainda hoje, pela Constituição de 1960 (que previa 30% de participação dos turco-cipriotas nos cargos públicos). O descumprimento das cláusulas de co-participação turcocupriota tem sido justificado, por Nicósia, com base na teoria do estado de necessidade.

Nos termos da Constituição, o Presidente da República exerce as funções tanto de Chefe de Estado como de Chefe de Governo. O Presidente é eleito por sufrágio popular direto a cada cinco anos. Desde 1963, o posto de Vice-Presidente — constitucionalmente reservado a um turco-cipriota — permanece vago. O Conselho de Ministros (atualmente com onze integrantes) é designado pelo Presidente. O atual Presidente é Nicos Anastasiades, eleito a 24 de fevereiro de 2013.

O Poder Legislativo é exercido por Câmara de Representantes

unicameral (Vuli ton Antiprosópon - Casa dos Representantes), composta, em teoria, por 80 integrantes eleitos para mandatos de cinco anos- 56 membros são greco-cipriotas; os restantes 24 assentos, reservados aos turco-cipriotas, permanecem vagos desde 1963. Há três membros observadores, sem direito a voto, representantes das comunidades maronita, católica e armênia.

Atualmente, a política interna de Chipre se estrutura em função de três forças políticas de pesos aproximadamente equivalentes: a União Democrática (DISY), do presidente Nicos Anastasiades, que agrega setores conservadores e pró-livre mercado; o comunista Partido Progressista dos Trabalhadores (AKEL), do ex-presidente Dimitris Christófiás, antecessor de Anastasiades, que praticou política de cunho trabalhista; e o Partido Democrata (DIKO), do ex-presidente Tassos Papadopoulos (falecido em 2008), de tendência centrista e nacionalista.

O país experimentou, durante os anos 2012-2014, o surgimento de situações de pobreza e a necessidade de medidas assistenciais, com o aumento rápido do desemprego. Nesse contexto de crise, reforçada pelas repercussões da crise econômica na Grécia, a popularidade de então governo de Dimitris Christofias (2008-2013) erodiu-se ao longo de 2012.

Em 2013, o recém-eleito presidente Nicos Anastasiades consentiu com os termos do acordo com a “tróica” (UE, FMI e Banco Central Europeu) para empréstimo a Chipre, que se apresentava como única alternativa para a salvação do insolvente sistema bancário da ilha e para cobertura do déficit fiscal. Ao contrário do que vinham sustentando publicamente Anastasiades e seu então Ministro das Finanças, o pacote acordado previa a taxação dos depósitos bancários de correntistas e aplicadores nacionais e estrangeiros (“bail-in”). Dessa forma, ao longo de seus primeiros dois anos de mandato, Anastasiades conviveu com alta instabilidade política e com dificuldades de interlocução junto à União Europeia, mas logrou obter aprovação do Parlamento cipriota às duras condições para o empréstimo e conseguiu manter sob controle o déficit fiscal.

A recuperação econômica de Chipre observada desde o final de 2014 e a consolidação de sua equipe de governo e de sua base parlamentar permitiram a Anastasiades dedicar-se, a partir de 2015, à principal questão política de seu país, a “Questão Cipriota”, e iniciou diálogo com seu contraparte turco-cipriota, com vistas a uma nova proposta de acordo para a reunificação política de Chipre.

Em 2015, o contexto era favorável à retomada das negociações sobre

a Questão: em abril, a comunidade turco-cipriota elegeu seu novo “líder”, Mustafa Akinci, político experiente e tradicionalmente defensor da reunificação do país que também se distingue de seus antecessores e adversários por advogar claramente medidas "práticas" de integração, independentes do amplo acordo geral que vem sendo perseguido sem sucesso há décadas.

As tratativas evoluíram ao longo de 2016, com vistas à realização, em janeiro de 2017, da conferência internacional organizada pelas Nações Unidas sobre Chipre. O fracasso dessa conferência, que teve duas edições em 2017 (em janeiro, em Genebra, e em junho, em Crans-Montana), gerou momento de relativa frustração com as perspectivas para a retomada das negociações da Questão Cipriota em breve. A retomada das conversações oficiais é penosa, visto que os assuntos em pauta nas negociações da Questão Cipriota afiguram-se, em 2019, ainda mais complexos. A volta do diálogo já está comprometida por um poderoso impasse: o lado greco-cipriota só aceita voltar à mesa de negociação quando a Turquia desistir de reclamar direitos sobre as reservas de gás natural existentes na ZEE da República de Chipre; e o lado turco-cipriota, ao contrário, pretende colocar essas reivindicações de Ancara em lugar proeminente na agenda das negociações.

Nesse contexto, Anastasiades assumiu novo mandato de 5 anos como presidente da República de Chipre em fevereiro de 2018. A campanha de Anastasiades beneficiou-se do êxito de sua política econômica ante o colapso financeiro que virtualmente paralisou o país em 2012-13, anunciando programa eleitoral baseado em seis pontos: 1) uma economia em expansão; 2) um novo modelo de crescimento; 3) um Estado tecnologicamente modernizado; 4) o aperfeiçoamento das políticas sociais; 5) avanços na questão energética (exploração de gás na ZEE cipriota); e 6) a Questão Cipriota, com ênfase em uma reunificação nacional da qual resulte um país seguro e estável, com todas as características de um moderno Estado europeu.

O poder judiciário é formado por uma corte suprema, com 13 juízes, indicados pelo presidente da república, após recomendação dos juízes da suprema corte. Ademais, há cortes distritais, administrativas e especializadas, como a militar.

POLÍTICA EXTERNA

Chipre foi admitido na União Europeia em 2004. No segundo

semestre de 2012, o país ocupou a Presidência de Turno do Conselho da União Europeia. O acontecimento elevou o perfil do Estado cipriota e consolidou suas relações com a União Europeia. A presidência, contudo, gerou obstáculos intransponíveis para avanços na “questão cipriota”, devido à manifesta recusa da Turquia e da comunidade turco-cipriota em negociar a reunificação enquanto o país ocupava a função

Nas linhas gerais da política externa, o discurso religioso é utilizado de várias formas. Em geral, reforça o discurso da manutenção da identidade helênica e proximidade reverencial com a Grécia. Em outro aspecto, a afinidade com as demais comunidades ortodoxas cristãs frequentemente sustenta a defesa da aproximação política com países eslavos e balcânicos (cuja presença na população cipriota é relevante). A identidade religiosa cristã também é, por vezes, mobilizada para ressaltar o caráter europeu que seus defensores creem que deveria ser impresso na política externa do país, justificando uma posição próxima da democracia cristã continental.

A proximidade diplomática entre Chipre e Grécia é pouco suscetível à alternância de partidos em suas políticas internas. Atualmente, Israel e Egito participam desses entendimentos trilaterais (em nível de cúpula ou de reuniões interministeriais), e está acertada a adoção do formato "trino" com Jordânia e Líbano. A premissa é que a formação de blocos trilaterais permitiria o diálogo entre países da região que não exploram a totalidade de seu relacionamento bilateral, o que, caso verdadeiro, possibilitaria ganhos políticos a Nicósia e Atenas na região.

Aos diversos aspectos tradicionais da disputa, somou-se, desde 2011, desentendimento entre Chipre e Turquia quanto à exploração de petróleo e gás natural na ilha. Por considerar que a área está em disputa, a Turquia nega o direito do Governo de Chipre a conceder autorização para a exploração de recursos energéticos na região enquanto não haja acordo sobre repartição de benefícios. Em fevereiro de 2018, as disputas aumentaram com a confirmação da existência de importante jazida de gás natural no poço Calypso, situado em um dos blocos (bloco 6) destinados à exploração de hidrocarbonetos na Zona Econômica Exclusiva (ZEE) de Chipre. Estima-se que a jazida em Calypso situaria-se entre 170 a 230 bilhões de metros cúbicos, constituindo a maior reserva de gás até então descoberta em águas territoriais de Chipre.

ECONOMIA, COMÉRCIO E INVESTIMENTOS

Chipre é estruturalmente dependente de importações e não possui indústria exportadora de relevância, situação que leva a economia do país a obter sistemático saldo negativo em comércio exterior. Os fundamentos da economia cipriota são o "tripé" turismo, transportes marítimos e serviços financeiros. Enquanto as receitas geradas pelos dois primeiros setores têm-se mantido basicamente constantes, a oferta de serviços financeiros foi prejudicada durante a crise econômica (2012-2013) que levou o país a recorrer a empréstimos emergenciais externos para salvar parte de seu setor bancário.

O momento crucial da crise econômica em Chipre foi o primeiro semestre de 2013, que coincidiu com a eleição do atual presidente da República, Nicos Anastasiades. No ápice da crise do crédito soberano por que passava a zona do euro, Chipre se tornou o quinto membro da União Europeia a recorrer a um pacote de salvação financeira da denominada "tróica" (Comissão Europeia, Banco Central Europeu e Fundo Monetário Internacional). O socorro financeiro ao país atraiu atenção internacional por ter sido o primeiro em que parte dos custos da salvação do setor bancário foi imposta aos próprios correntistas ("bail in").

A imposição dessa condição foi produto da desconfiança com que líderes europeus, principalmente alemães, viam o setor bancário cipriota. À época, houve acusações de que o país abrigava depósitos de origem irregular (especialmente da Rússia). O governo cipriota defendeu-se, afirmando que o país não é um "paraíso fiscal" – seu setor de serviços financeiros ofereceria um "regime de taxação favorável", como o fazem outros países da UE –, e aceitou abrir as instituições a auditoria para comprovar o respeito aos requisitos internacionais.

Naquele contexto, os dois maiores bancos então existentes em Chipre, o Nacional ("Laiki") e o Banco de Chipre, sofreram uma incorporação sob o nome do último. Após a concessão de um pacote de 10 bilhões de euros, a reestruturação da economia e a recuperação da credibilidade do setor bancário têm sido as prioridades, e os avanços nesse sentido têm seguido ritmo mais acelerado do que muitos esperavam. Sucessivas missões da "tróica" visitaram o país ao longo dos últimos anos para verificar o cumprimento das condições para o empréstimo, período em que o setor bancário teve elevação de sua liquidez e solvência.

Contrariando expectativas, nos últimos anos tem havido aumento do

fluxo de depósitos. Uma das referidas condições para a liberação de parcelas do total de 10 bilhões de euros era a aprovação de legislação que facilitasse a execução judicial de dívidas pelos bancos. A lei foi aprovada no final de 2015, mas a percentagem de devedores em mora ("non-performing loans") ainda é elevada.

Depois de três anos de contínua retração do PIB cipriota (de 2012 a 2014), a economia de Chipre apresentou recuperação, registrando crescimento de 2% em 2015 e de 3% em 2016. Em particular, as reduções do PIB em 2013 e 2014, embora fossem menores do que as primeiras impressões no auge da crise econômica-financeira faziam acreditar, deixaram marcas dolorosas nos níveis de emprego e bem-estar da população. Para 2018, O Fundo Monetário Internacional prevê crescimento de cerca de 3,6%, o que consolidaria a retomada de trajetória de crescimento econômico de Chipre.

Em termos atuais e realistas, contudo, há problemas que a retomada do crescimento ainda não solucionou. O nível de desemprego continua alto, ao redor de 15% (15,6% em 2016). A taxa de investimento é a mais baixa do zona do Euro, em torno de 10%, e o nível de endividamento em geral (governo, empresas e famílias) permanece alto.

Embora a produção agrícola seja importante do ponto de vista social e os produtos tenham excelente qualidade, além de suprir, em função do clima, o mercado europeu com alimentos de origem subtropical e tropical, o setor encontra seus limites na pequena área agricultável do país (partes da planície central) e na escassez de água. Uma possível expansão da produção industrial, além de enfrentar a conjuntura de insuficiência de crédito, esbarra no custo da energia elétrica: Chipre tem a tarifa mais elevada da Europa por kw/hora. Conforme mencionado, no entanto, essa deficiência poderia vir a ser mitigada pelas recentes descobertas de reservas de gás natural na ZEE do país.

Destaca-se, por fim, que eventual solução para a Questão Cipriota representaria notável impulso para a tendência de crescimento econômico do país. Os principais benefícios adviriam da abertura ao mercado turco, da maior disponibilidade de recursos hídricos e de derivados de petróleo e gás, com consequente barateamento da energia, além da prevista entrada maciça de recursos para reconstrução de extensas áreas urbanas atualmente desabitadas.

Chipre tem uma economia dependente de importações e acumula, tradicionalmente, saldo negativo na corrente de comércio de mercadorias. No comércio de serviços, o país apresenta saldo positivo, devido, principalmente, à sua frota mercante (11ª maior do mundo). Seus principais produtos de

exportação são farmacêuticos, equipamentos foto-sensitivos e alimentos "in natura" e processados. Pelo lado da importação, sobressaem-se combustíveis, máquinas, químicos, veículos e metais. O país tem como principais parceiros comerciais a Grécia, Israel e o Reino Unido. O volume recorde na corrente de comércio exterior foi registrado em 2008. Entre 2012 e 2013, o país enfrentou forte crise econômico-financeira, da qual ainda se recupera. Durante esse período, houve declínio significativo no valor do comércio exterior do país.

COMÉRCIO BILATERAL

O fluxo de comércio entre Brasil e Chipre vinha apresentando taxas relativamente constantes de crescimento, particularmente entre 2004 e 2008. A crise financeira mundial, seguida da crise do euro, que atingiu fortemente a República de Chipre, gerou diminuição geral das importações cipriotas.

Em 2004, a Petrobras começou a prover óleo combustível de baixo teor de enxofre a duas usinas termoeletricas em Limassol e Larnaca. O contrato foi renovado para o período 2006/2007, sendo responsável pelo extraordinário aumento das exportações brasileiras observado no período. A empresa voltou a vencer licitação para fornecimento de combustível em 2012. Nos períodos em que se deram as vendas de combustível, o total das importações cipriotas chegou a atingir 200 milhões de dólares anuais.

Atualmente, o comércio bilateral voltou a crescer, após queda continuada entre os anos de 2009 a 2017. Nesse sentido, as exportações brasileiras para Chipre alcançaram a cifra de US\$ 266,2 milhões, um recorde histórico, superando o registro de US\$ 200 milhões em 2008. Não obstante, as importações de produtos de Chipre pelo Brasil declinaram significativamente nos últimos dez anos (de US\$ 74,8 milhões, em 2008, para resultados inferiores a US\$ 2 milhões em 2018). O aumento das vendas foi, sobretudo, devido à exportação de “tubos de ferro fundido, ferro ou aço e seus acessórios”, que representaram 85% do valor das exportações. Outros produtos significativos foram óleos e combustíveis (9% das exportações) e suco de laranja congelado (2%).

Desde 2010, a abertura da Embaixada do Brasil em Nicósia propiciou o aumento das consultas de empresas cipriotas e brasileiras a respeito de oportunidades comerciais e de investimento. Foram recebidos contatos de interessados locais e encaminhamento das demandas a potenciais fornecedores brasileiros, como nos casos de carnes, máquinas de processamento de biodiesel e alimentos industrializados, entre outros.

INVESTIMENTOS

Os últimos registros de investimentos de Chipre no Brasil datam de 2012, quando foram investidos US\$ 120 milhões, sendo a maior parte direcionada para a produção de medicamentos. Destaque-se que, em 2013, o estoque de investimentos de Chipre no Brasil alcançou a cifra de US\$ 645 milhões, sendo o país o 37º maior investidor no território brasileiro.

CRONOLOGIA HISTÓRICA	
1400 A.C.	Colonização de Chipre por povos de origem grega, e posterior dominação por persas, egípcios, romanos, bizantinos e árabes.
1191	Chipre é conquistado pelo monarca inglês Ricardo Coração de Leão, no impulso das cruzadas cristãs pelas "terras santas".
1192	Chipre é governado pelo aristocrata francês Guy de Lusignan, que havia sido derrotado em batalha por Jerusalém.
1489	Fim da dinastia dos francos e início do governo de Chipre por mercadores de Veneza.
1571	Chipre é conquistado pelo Império Otomano.
1878	A Coroa britânica, aproveitando-se do enfraquecimento do Império Otomano após duas guerras contra a Rússia, recebe a ilha de Chipre como concessão prevista em tratado internacional.
1931	Levante contra a dominação britânica e a favor da unificação política de Chipre e Grécia (ideal da "ênosis") inicia período de tensões contra o domínio britânico.
1955	Ocorrem os primeiros episódios graves de enfrentamento e violência entre as comunidades greco e turco-cipriotas. Intensificam-se ações de sabotagem e violência do movimento nacionalista helênico "EOKA", liderado pelo militar Giorgios Grivas e formado por militantes em favor da incorporação à Grécia. Inicia-se processo de aglutinação, em vilas e cidades, das comunidades cipriotas.
1958	Reino Unido realiza encontros e conferências com representantes das comunidades cipriotas, além de autoridades da Grécia e da Turquia, para negociar condições para a independência da ilha e a manutenção de bases militares britânicas em seu território.
1960	Assinados o Tratado de Estabelecimento da República de Chipre e o Tratado de Garantia (16 de agosto), instrumentos que reconhecem a independência de Chipre. Makarios III (Michalis Mouskos), arcebispo e chefe da Igreja Ortodoxa em Chipre, assume o governo.
1963	Aumento da violência entre as comunidades cipriotas, ambas insatisfeitas com os mecanismos de partilha do poder instituídos pela Constituição. Os turco-cipriotas abdicam dos postos a eles reservados legalmente (entre eles o de Vice-Presidente) e

	começaram a emigrar internamente, formando enclaves.
1964	A eclosão de choques em Nicósia leva à criação da Força das Nações Unidas para Manutenção da Paz em Chipre (UNFICYP).
1974 (julho)	Com a morte de Grivas, o EOKA-B passa a ser controlado pelo líder da Junta Militar que governava a Grécia desde 1967, que comanda invasão e golpe de Estado em Chipre. A Turquia, invocando os termos do Tratado de Garantia de 1960, invade o a ilha e assume o controle sobre uma faixa de território entre o litoral norte do país e a capital Nicósia. O sucesso da invasão leva à queda do governo provisório em Chipre e também ao colapso da ditadura militar grega.
1974 (agosto)	A Turquia conduz segunda invasão à ilha de Chipre e estende seu controle a todo o norte da ilha (36% do território), forçando cidadãos greco-cipriotas a abandonar suas casas rumo ao sul e criando divisão "de fato" da ilha ("Questão Cipriota").
1977	Makarios III é sucedido por Spyros Kyprianou (1977-1988), do partido centrista DIKO.
1983	A região norte da ilha declara-se independente e se autoproclama "República Turca do Norte de Chipre" ("RTNC"). A independência da região é reconhecida apenas pela Turquia. O Conselho de Segurança das Nações Unidas torna a autoproclamada "RTNC" ilegal por meio da Resolução 541 (1983).
2004 (abril)	Após dois anos de negociação mediada pelas Nações Unidas, o "Plano Annan" de reunificação da ilha é rejeitado em referendo popular por 3/4 da comunidade greco-cipriota, apesar de maciçamente aprovado pela comunidade turco-cipriota.
2004 (maio)	A República de Chipre é admitida na União Europeia.
2008	Governo de Dimitris Christófiás (2008-2013), do partido de esquerda AKEL.
2012- 2013	Forte crise econômico-financeira em Chipre.
2013	Eleito à Presidência da República Nicos Anastasiades do partido liberal-conservado DISY.
2013	O governo de Anastasiades consente com os termos de acordo para empréstimo financiado pela UE, o FMI e o Banco Central Europeu. O acordo prevê a taxação dos depósitos bancários de correntistas e aplicadores nacionais e estrangeiros.
2015	A comunidade turco-cipriota elege como "líder" Mustafa Akinci, político experiente e tradicional defensor da reunificação de Chipre.
2017	Após duas edições, em Genebra (janeiro) e em Crans-Montana (junho-julho), Suíça, fracassa a Conferência Internacional sobre

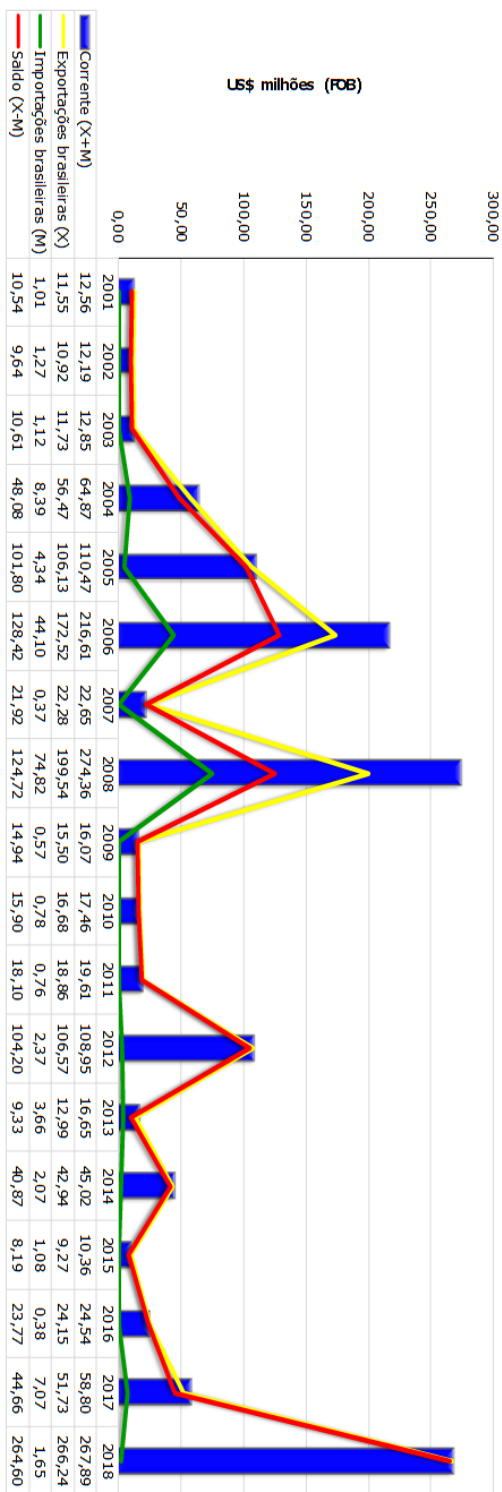
	Chipre, organizada pelas Nações Unidas e com empenho pessoal do SGNU Antonio Guterres.
2018 (fev)	Nicos Anastasiades é reeleito Presidente da República para novo mandato de 5 anos.
2018 (fev)	Navios da Marinha turca impedem passagem de navio de perfuração a serviço da petrolífera italiana ENI na ZEE de Chipre.

CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS

1966	Estabelecimento de relações diplomáticas. A Embaixada do Brasil em Tel Aviv (Israel) e a Embaixada de Chipre em Lisboa (Portugal) passam a ser cumulativamente responsáveis pelo relacionamento bilateral
1972	Abertura de Consulado-Honorário do Brasil em Nicósia
2004	Petrobrás firma contrato para fornecimento de óleo para geração de energia em Chipre, o que leva a incremento considerável do volume de comércio bilateral
2005	Visita a Chipre do Ministro do Desenvolvimento, Luiz Fernando Furlan
2006	Vôo de demonstração do EMBRAER 190 em Chipre
2009	Visita ao Brasil do Chanceler de Chipre, Markos Kyprianou
2009	Abertura da Embaixada de Chipre em Brasília
2010	Abertura da Embaixada do Brasil em Nicósia

DADOS ECONÔMICOS E COMERCIAIS

Comércio Brasil-Chipre



2018/2019

Exportações brasileiras

Importações brasileiras

Corrente de comércio

Saldo

2018 (jan-mar)

110,69

0,67

111,37

110,02

2019 (jan-mar)

11,48

0,27

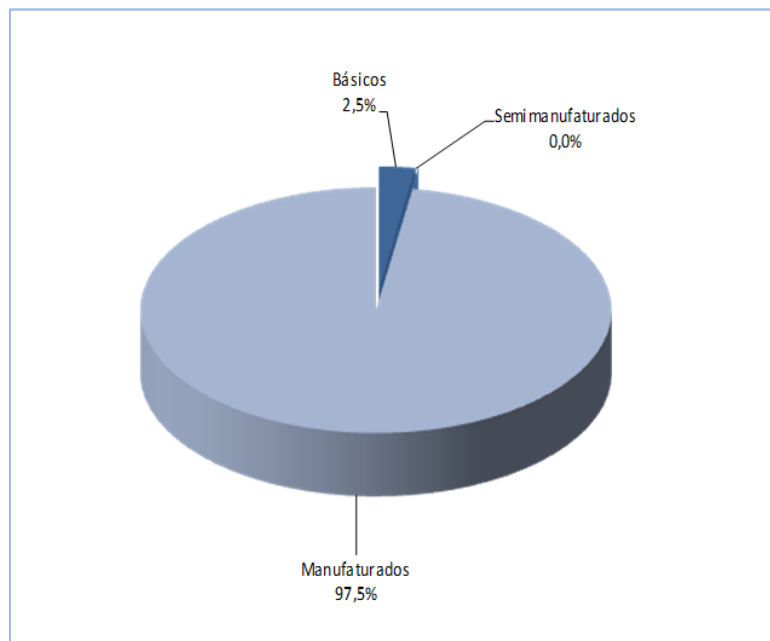
11,75

11,21

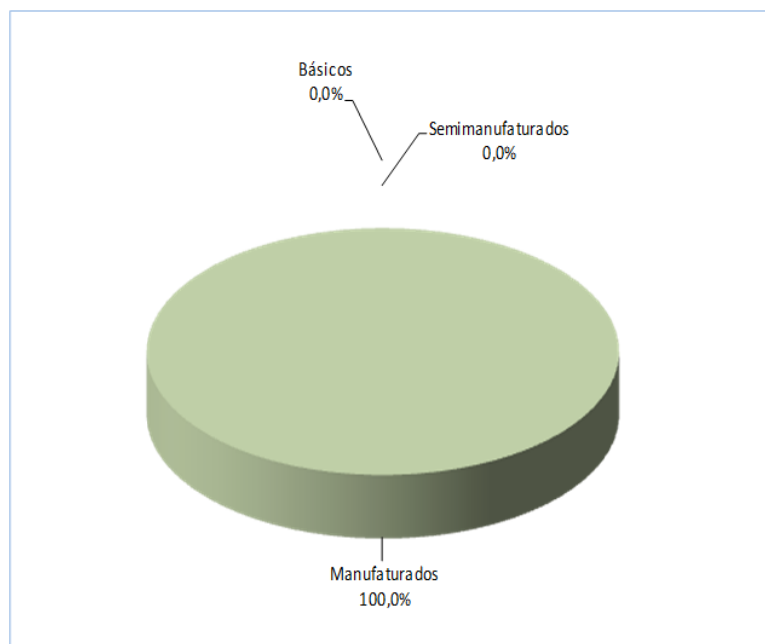
Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX. Abril de 2018.

Exportações e importações brasileiras por fator agregado 2018

Exportações



Importações



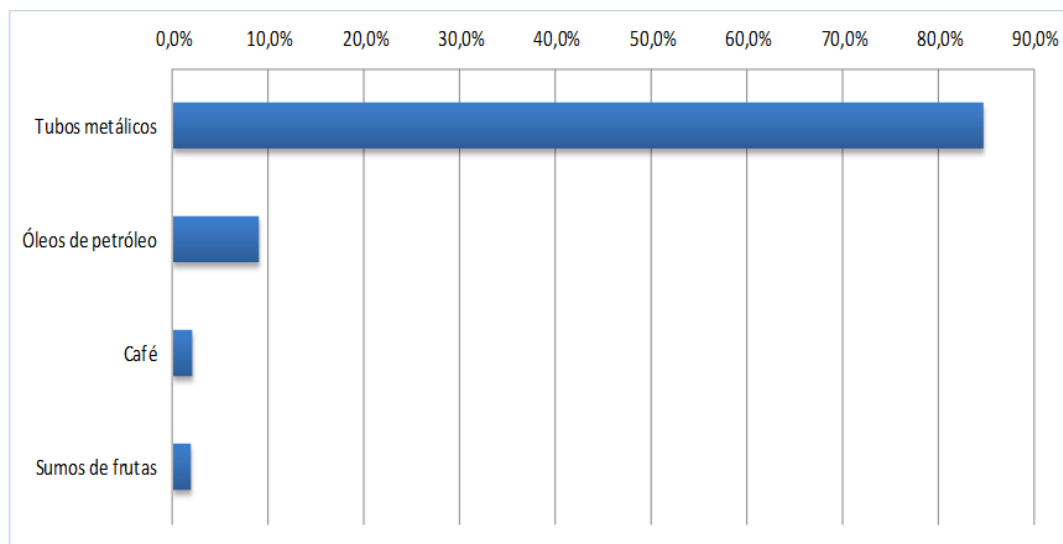
Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX, Abril de 2019.

Composição das exportações brasileiras para o Chipre
US\$ milhões

Grupos de produtos (SH4)	2016		2017		2018	
	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total
Tubos metálicos	0,00	0,0%	37,65	72,8%	225,43	84,7%
Óleos de petróleo	0,00	0,0%	0,00	0,0%	23,78	8,9%
Café	3,90	16,1%	4,16	8,0%	5,45	2,0%
Sumos de frutas	4,87	20,1%	4,79	9,3%	5,06	1,9%
Subtotal	8,77	36,3%	46,60	90,1%	259,72	97,5%
Outros	15,39	63,7%	5,13	9,9%	6,53	2,5%
Total	24,15	100,0%	51,73	100,0%	266,24	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Comexstat, Abril de 2019.

Principais grupos de produtos exportados pelo Brasil, 2018

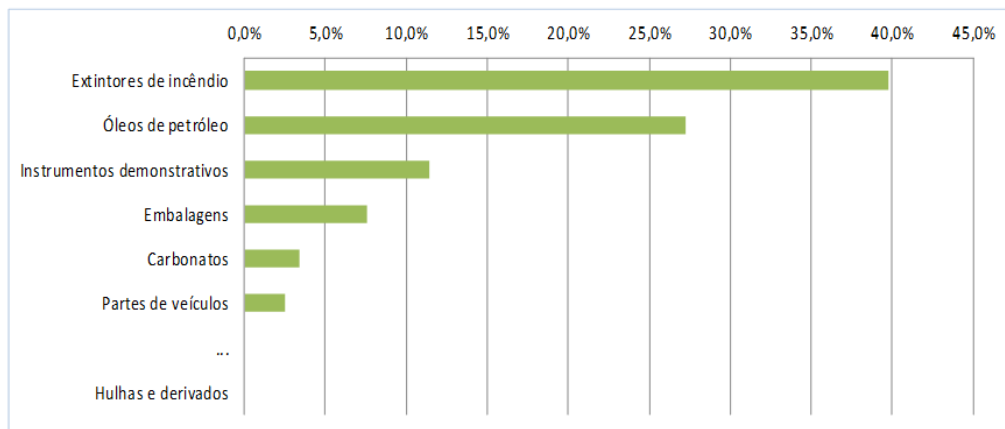


Composição das importações brasileiras originárias do Chipre
US\$ milhões

Grupos de produtos (SH2)	2016		2017		2018	
	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total
Extintores de incêndio	0,205	53,8%	1,054	14,9%	0,655	39,8%
Óleos de petróleo	0,000	0,0%	0,017	0,2%	0,448	27,2%
Instrumentos demonstrativos	0,001	0,3%	0,002	0,0%	0,188	11,4%
Embalagens	0,000	0,0%	0,002	0,0%	0,125	7,6%
Carbonatos	0,000	0,0%	0,000	0,0%	0,056	3,4%
Partes de veículos	0,000	0,0%	0,000	0,0%	0,042	2,6%
...						
Hulhas e derivados	0,000	0,0%	4,283	60,6%	0,000	0,0%
Subtotal	0,206	54,1%	5,358	75,8%	1,514	92,0%
Outros	0,175	45,9%	1,715	24,2%	0,132	8,0%
Total	0,381	100,0%	7,073	100,0%	1,646	100,0%

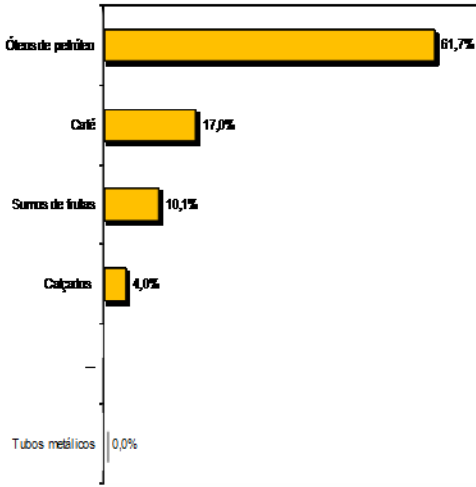
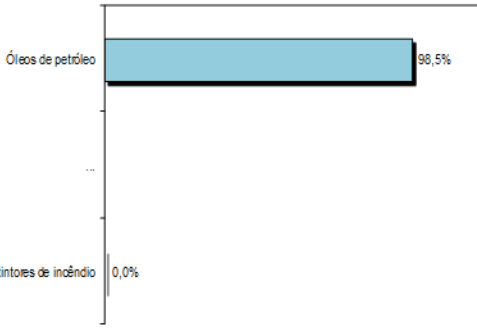
Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Comexstat, Abril de 2019.

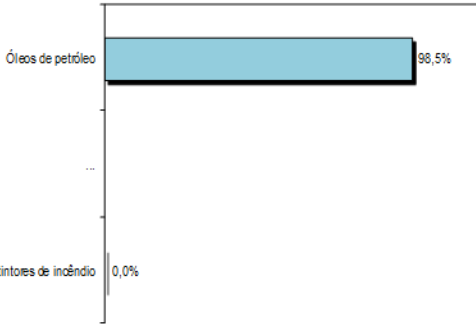
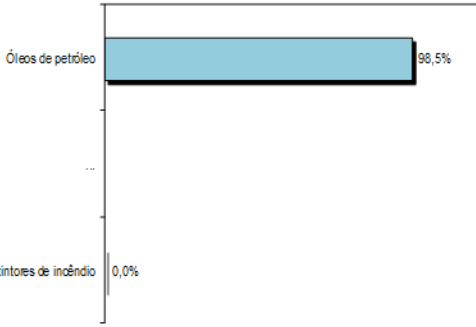
Principais grupos de produtos importados pelo Brasil, 2018



Composição do intercâmbio comercial (dados parciais)

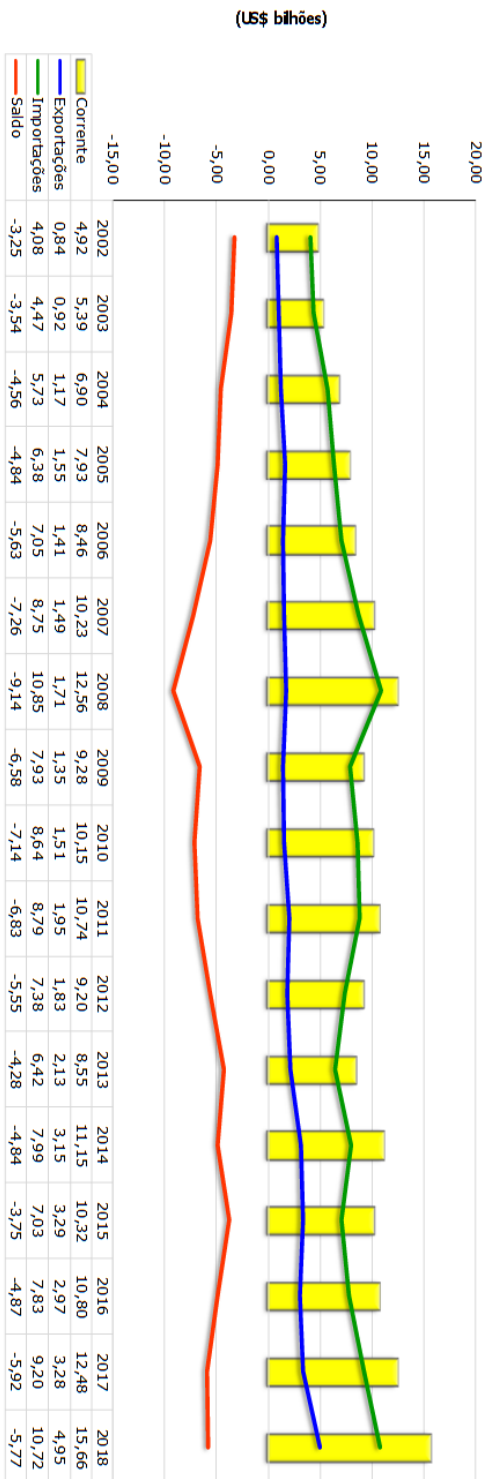
US\$ milhões

Grupos de produtos (SH4)	2 0 1 8 (jan-mar)	Part. % no total	2 0 1 9 (jan-mar)	Part. % no total	Principais grupos de produtos exportados pelo Brasil em 2019
Exportações					
Óleos de petróleo	0	0,0%	7	61,7%	
Café	1	1,1%	2	17,0%	
Sumos de frutas	1	0,9%	1	10,1%	
Calçados	0	0,1%	0	4,0%	
...					
Tubos metálicos	107	96,6%	0	0,0%	
Subtotal	109	98,7%	11	92,7%	
Outros	1	1,3%	1	7,3%	
Total	111	100,0%	11	100,0%	

Grupos de produtos (SH4)	2 0 1 8 (jan-)	Part. % no total	2 0 1 9 (jan-)	Part. % no total	Principais grupos de produtos importados pelo Brasil em 2019
Importações					
Óleos de petróleo	0,044	6,5%	0,266	98,5%	
...					
Extintores de incêndio	0,142	21,1%	0,000	0,0%	
Subtotal	0,186	27,6%	0,266	98,5%	
Outros produtos	0,488	72,4%	0,004	1,5%	
Total	0,674	100,0%	0,270	100,0%	

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Comexstat, Abril de 2019.

Comércio Chipre x Mundo



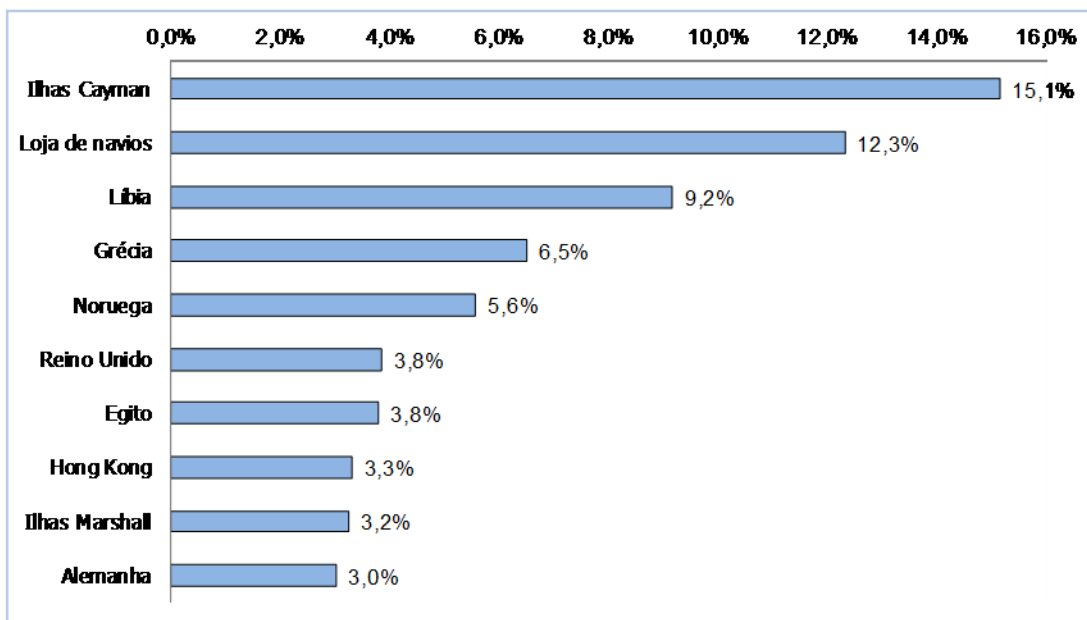
Elaborado pelo MRE/DRE/DIC - Divisão de Inteligência Comercial com base em dados da UNCTAD/TradeMap. Abril/2019.

Principais destinos das exportações do Chipre
US\$ bilhões

Países	2018	Part. % no total
Ilhas Cayman	0,749	15,1%
Loja de navios	0,609	12,3%
Líbia	0,453	9,2%
Grécia	0,321	6,5%
Noruega	0,275	5,6%
Reino Unido	0,190	3,8%
Egito	0,187	3,8%
Hong Kong	0,163	3,3%
Ilhas Marshall	0,160	3,2%
Alemanha	0,149	3,0%
...		
<i>Brasil (96º lugar)</i>	0,001	0,0%
Subtotal	3,257	65,9%
Outros países	1,689	34,1%
Total	4,946	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/Trademap, Abril 2019.

10 principais destinos das exportações

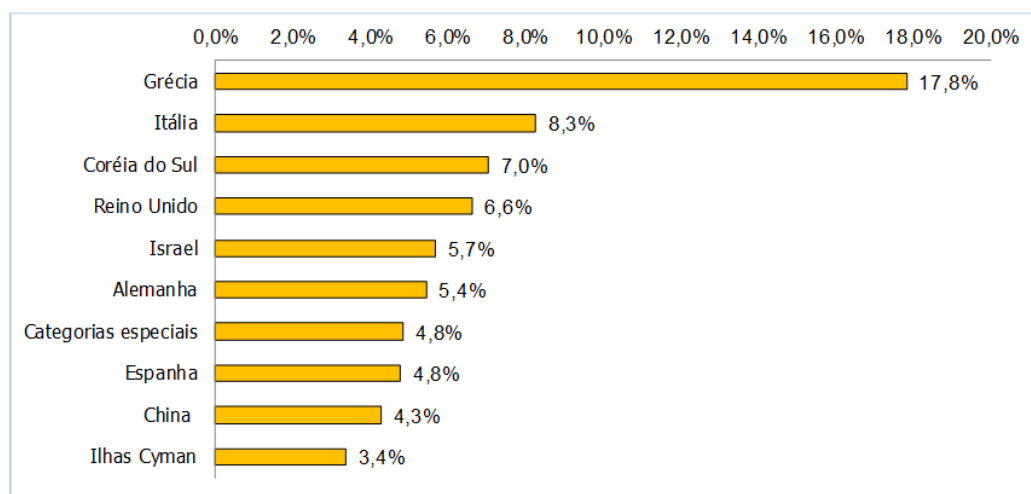


Principais origens das importações do Chipre
US\$ bilhões

Países	2018	Part.% no total
Grécia	1,91	17,8%
Itália	0,89	8,3%
Coréia do Sul	0,76	7,0%
Reino Unido	0,71	6,6%
Israel	0,61	5,7%
Alemanha	0,58	5,4%
Categorias especiais	0,52	4,8%
Espanha	0,51	4,8%
China	0,46	4,3%
Ilhas Cyman	0,36	3,4%
...		
<i>Brasil (52º lugar)</i>	<i>0,02</i>	<i>0,2%</i>
Subtotal	7,32	68,3%
Outros países	3,39	31,7%
Total	10,72	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/Trademap, Abril 2019.

10 principais origens das importações

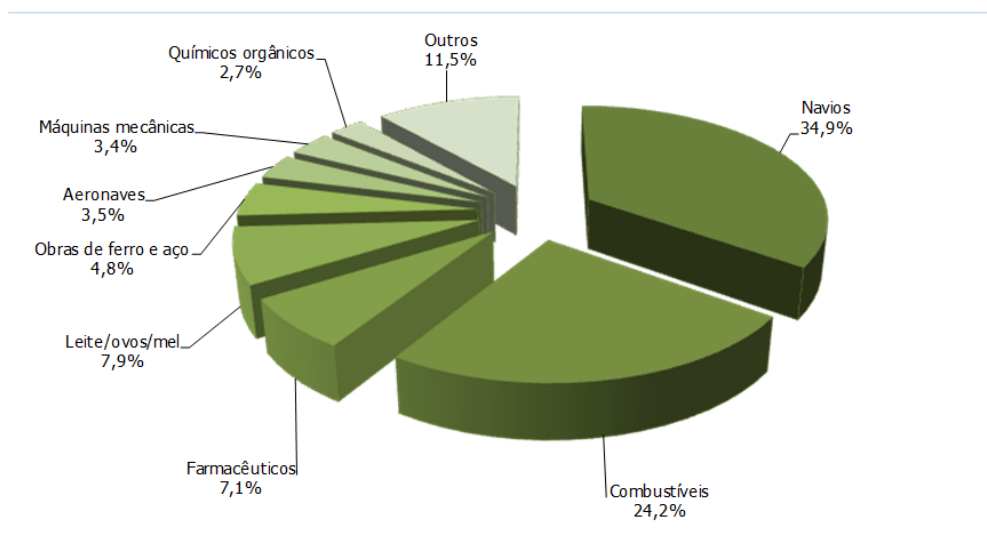


Composição das exportações do Chipre
US\$ bilhões

Grupos de Produtos (SH2)	2018	Part.% no total
Navios	1,72	34,9%
Combustíveis	1,20	24,2%
Farmacêuticos	0,35	7,1%
Leite/ovos/mel	0,39	7,9%
Obras de ferro e aço	0,24	4,8%
Aeronaves	0,17	3,5%
Máquinas mecânicas	0,17	3,4%
Químicos orgânicos	0,14	2,7%
Subtotal	4,38	88,5%
Outros	0,57	11,5%
Total	4,95	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/TradeMap, Abril 2019.

10 principais grupos de produtos exportados

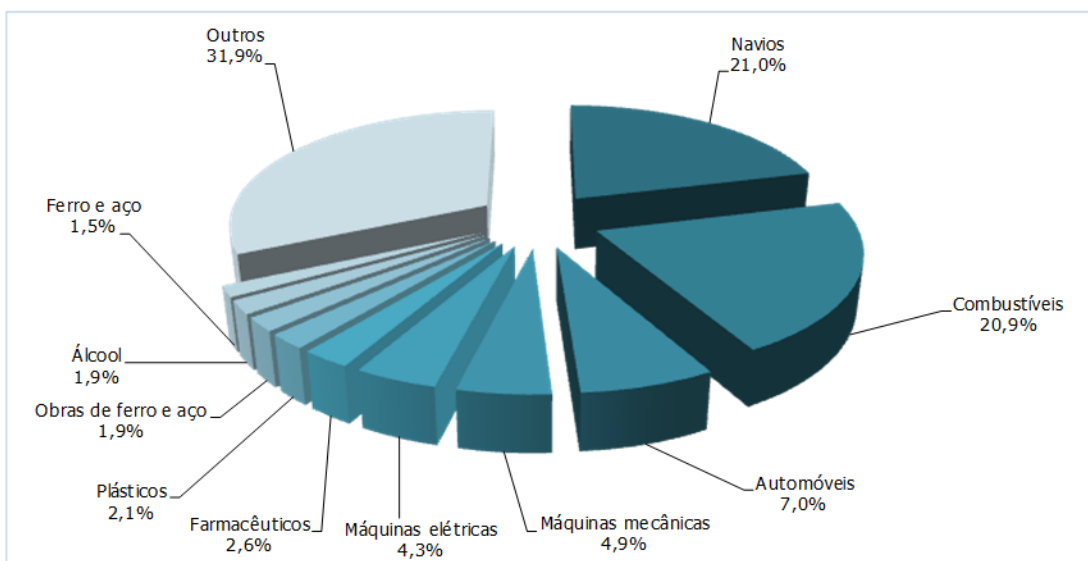


Composição das importações do Chipre
US\$ bilhões

Grupos de produtos (SH2)	2018	Part.% no total
Navios	2,25	21,0%
Combustíveis	2,24	20,9%
Automóveis	0,75	7,0%
Máquinas mecânicas	0,52	4,9%
Máquinas elétricas	0,46	4,3%
Farmacêuticos	0,28	2,6%
Plásticos	0,22	2,1%
Obras de ferro e aço	0,21	1,9%
Álcool	0,20	1,9%
Ferro e aço	0,17	1,5%
Subtotal	7,30	68,1%
Outros	3,42	31,9%
Total	10,72	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/Trademap, Abril 2019.

10 principais grupos de produtos importados



Principais indicadores socioeconômicos do Chipre

2021 (e)

Indicador	2018	2019	2020	2021	2022
Crescimento real do PIB (%)	3,96%	4,20%	3,35%	2,76%	2,46%
PIB nominal (US\$ bilhões)	23,96	25,00	26,95	28,61	30,42
PIB nominal "per capita" (US\$)	27.865	28.888	30.949	32.658	34.532
PIB PPP (US\$ bilhões)	33,80	35,97	37,88	39,65	41,38
PIB PPP "per capita" (US\$)	39.302	41.572	43.511	45.262	46.944
População (milhões habitantes)	0,86	0,87	0,87	0,88	0,88
Desemprego (%)	9,47%	8,03%	7,03%	6,47%	6,20%
Inflação (%) ⁽²⁾	2,38%	2,01%	1,90%	1,90%	2,00%
Saldo em transações correntes (% do PIB)	-3,10%	-5,20%	-4,91%	-4519,00%	-3,98%
Dívida externa (US\$ bilhões)	–	–	–	–	–
Câmbio (€ / US\$) ⁽²⁾	0,85	0,86	0,82	0,83	0,81
Origem do PIB (2017 Estimativa)					
Agricultura	2,0%				
Indústria	12,5%				
Serviços	85,5%				

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base nos dados do IMF - World Economic Outlook Database, Abril 2019, da EIU, Economist Intelligence Unit, Country Report January 2019 e da Cia.gov/World Factbook.

(1) Estimativas FMI e EIU.

(2) Média do período.

